

A luta pela democracia na comunicação latino-americana: Memória mínima de um ex-combatente dos conturbados anos 70

*Luis Ramiro Beltrán Salmon**

Resumo

Este texto foi originalmente escrito para a abertura do I Ciclo de Estudos Especializados: Fundamentos, Trajetória e Potencial, realizado em La Paz, Bolívia, em março de 2004. Ao abordar a história da pesquisa crítica em Comunicação desde a década de 70 pretende também provocar uma reflexão sobre o papel do comunicólogo contemporâneo. Questiona, por exemplo, o abandono do problema da desigualdade, substituído pela sacralização da tecnologia moderna.

Palavras-chave: Comunicação, pesquisa crítica, memória.

* PhD em Comunicação (Michigan State University). Foi o primeiro vencedor do Prêmio Mundial de Comunicação McLuhan Teleglobal (1983), sendo considerado um dos pioneiros da Escola Latino-americana de Comunicação (ELACOM).

Resumen

Este texto fue originalmente escrito para la sesión de apertura del I Ciclo de Estudios: Fundamentos, Trajetória y Potencial, que se llevó a cabo en La Paz, Bolívia, los días 25 y 26 de marzo de este año. En él se aborda la historia de la investigación crítica en Comunicación desde la década de 70 pretende también provocar una reflexión sobre la función del comunicólogo contemporáneo. Se cuestiona, por ejemplo, el abandono del problema de desigualdad, sustituido por la sacralización de la tecnología moderna.

Palabras-clave: Comunicación, investigación crítica, memoria.

Abstract

This text was originally written for the opening of the I Ciclo de Estudios: Fundamentos, Trajetória y Potencial, which took place in La Paz, Bolivia, in March 2004. By discussing the history of critical research in Communications since the seventies the report also intends to provoke reconsideration on the function of the contemporary Communication researcher. It is questioned, for instance, the abandonment of the social inequality problem, replaced by the overestimation of modern technology.

Keywords: Communication, critical research, memory.

Agradeço o privilégio que os organizadores e patrocinadores do I Ciclo de Estudos Especializados: Fundamentos, Trajetória e Potencial - realizado em La Paz, Bolívia, em 25 e 26 de março de 2004 - me outorgam ao encomendar-me as palavras de abertura do programa. Aplaudo a sua feliz iniciativa e expresso muito cordialmente meu desejo de sucesso. Tenho, ainda, o prazer de destacar dois dos acertos desse evento. Primeiro, centrar as suas deliberações na análise da pesquisa crítica em comunicação, empreendimento primordialmente latino-americano. Segundo, comemorar dois feitos na história da pesquisa científica sobre comunicação na América Latina. Um foi produzido na Costa Rica, há trinta anos: o primeiro seminário sobre a pesquisa em comunicação na América Latina, organizado pelo CIESPAL. O outro teve lugar na Venezuela, há vinte e cinco anos: o estabelecimento da Associação Latino-americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC).

Morando na Colômbia, tive a sorte de testemunhar, primeiro, a preparação e mais tarde a repercussão de ambos acontecimentos. Por isso, com prazer, dou fé de sua relevância. Não pude estar presente no seminário porque as datas - setembro de 1973 - coincidiram com um compromisso similar em outro país, mas entreguei dois textos de referência de minha autoria para os arquivos do evento. Também não pude presenciar o nascimento formal da ALAIC em 1978 em Caracas, mas estive entre aqueles que haviam começado a propiciar a criação pouco tempo antes, aproveitando a relação que formaram quando se conheceram num congresso da Associação Internacional de Pesquisa em Comunicação de Massa, na Europa. Portanto, sinto-me muito ligado ao CIESPAL e à ALAIC.

Não foi por acaso que os dois acontecimentos aqui lembrados aconteceram na década de 1970. Essa época constituiu um período de singular importância histórica que viu surgir com força no mundo o questionamento do desenvolvimento, da democracia e da comunicação, tanto no campo das relações entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, quanto no campo das relações em cada país em desenvolvimento entre as minorias privilegiadas e poderosas e as maiorias depauperadas e impotentes.

A região latino-americana haveria de desempenhar um papel de liderança nessa insurgência contestatória, especialmente na área da

comunicação, e iria fazê-lo a partir de raízes que já haviam brotado nela na década anterior. Efetivamente, em 1963 o comunicólogo venezuelano Antonio Pasquali – filósofo da cultura identificado com a “Escola de Frankfurt” – havia iniciado de maneira precursora, a análise crítica da situação da comunicação na região, incluindo a pesquisa, que havia sido escassa até então. Este valioso aporte será reconhecido como o ponto de partida do que mais tarde se denomina “Escola Crítica Latino-americana de Comunicação”.

O CIESPAL teve também um papel de vanguarda no estímulo da tarefa. Fundado no Equador em 1959, como iniciativa da UNESCO e com apoio inicial dela, o Centro Internacional de Educação Superior em Jornalismo para América Latina veio cumprir uma plausível missão de apoio ao aperfeiçoamento técnico da imprensa na região através da capacitação, intercâmbio profissional, compilação de documentação e produção de publicações. Esta instituição contou com a colaboração de prestigiosos professores e pesquisadores de comunicação: europeus como Kayser, Maletzke, Dumazadier e Beneyto e americanos como Schramm, Berlo, Nixon e McNelly. Esta presença acadêmica estrangeira de alto nível exerceu uma influência tal que a pesquisa passou a fazer parte do programa de ensino das escassas escolas universitárias de jornalismo, o que não existia naqueles anos. Em 1967, a entidade publicou o trabalho: “Duas Semanas na Imprensa da América Latina” que se converteria rapidamente num modelo de pesquisa morfológica e de análise de conteúdo, ganhando ampla acolhida nas escolas de jornalismo da região. O CIESPAL estimulou-as na sua transformação gradual em escolas de “ciências de comunicação”.

Foi dessa maneira que o CIESPAL – que mais tarde se chamaria Centro Interamericano de Educação Superior em Comunicação para América Latina – se constituiu no agente pioneiro e influente da pesquisa na área de comunicação na América Latina, sob a referida orientação estrangeira. Não houve, no entanto, um questionamento em relação a essa orientação, talvez por não ser especificamente um núcleo dedicado à produção de conhecimentos pelo método científico da época. Apesar disso, esse esforço institucional teve o mérito de ampliar e renovar a metodologia de pesquisa em nosso meio.

Também foi na metade da década de 1960 que em várias partes da região, especialmente em países como México, Costa Rica, Colômbia e Brasil, começaram a ser realizados outros tipos de pesquisa, igualmente baseadas em teorias e em métodos norte-americanos. Por exemplo, as pesquisas sobre a difusão de inovações para o desenvolvimento agrícola e as pesquisas sobre o consumo de mensagens divulgadas pelos meios de comunicação de massa.

Como produto dos meus estudos de pós-graduação na Universidade do Estado de Michigan, publiquei entre 1967 e 1970, nos Estados Unidos de América e depois na América Latina, várias versões de um “diagnóstico da incomunicação” composto pelas primeiras análises críticas – empiricamente sustentadas – da situação geral da comunicação em nossa região sob a dominação interna e a dependência externa. Quanto a esta última, me inspirei nos argumentos de um grupo de notáveis cientistas sociais latino-americanos que, na metade da década de 60, propuseram a “teoria da dependência” centrada na crítica do injusto e marcado desequilíbrio existente nas relações econômicas entre nossos países e os Estados Unidos da América, que tornavam inviável o desenvolvimento nacional equitativo e democrático. Um dos líderes dessa colocação conceitual, Fernando Henrique Cardoso, chegaria muitos anos depois a ser Presidente do Brasil.

Em 1969, outro extraordinário precursor, o semiólogo argentino Eliseo Verón, propôs ultrapassar a análise das mensagens dos meios de comunicação para tomar o estudo da linguagem – chave da comunicação – como eixo das pesquisas sobre a personalidade, a sociedade e a cultura.

A partir de 1970, mais pesquisadores e analistas da comunicação começaram a ganhar notoriedade na região. Dois deles sobressaíram no Chile: o demógrafo e semiólogo belga Armand Mattelart, que teria muitos seguidores na América Latina, e o pedagogo brasileiro Paulo Freire. O primeiro começou fazendo naquele ano uma penetrante crítica de enfoque marxista à pesquisa em comunicação, tal como entendida e praticada por acadêmicos norte-americanos, e passou, então, a mostrar a estrutura do poder informativo no Chile como fator que contribuía para a dependência. O segundo, o teórico da educação dialógica para a libertação – exilado na ocasião

no Chile – não só impulsionou reflexões sobre democratização da comunicação, mas realizou uma crítica pioneira sobre o modelo norte-americano de comunicação agrícola que encontrou na região. Frank Gerace, sacerdote norte-americano radicado na Bolívia, fez em 1971 a primeira tentativa de aplicar o pensamento freiriano à comunicação, e pouco tempo depois o paraguaio Juan Díaz Bordenave, o brasileiro João Bosco Pinto, o argentino Alfredo Paiva, o uruguaio Mario Kaplún, e o espanhol Francisco Gutierrez se destacariam nesse esforço. Muitos outros viriam a se juntar no decorrer daquela década, em vários países Latino-americanos.

Ainda no ano de 1971, o comunicólogo brasileiro José Marques de Melo fez, de forma inovadora, uma análise da pesquisa na comunicação dos anos 60 na América Latina, focalizando de maneira especial o papel do CIESPAL na pesquisa. Esse reconhecido pesquisador chegou à conclusão de que havia nos trabalhos analisados “... uma tendência crescente a aplicar e utilizar teorias da comunicação norte-americanas e européias sem a necessária avaliação de sua adequação sócio-cultural e política”. Novamente, em 1971, um valioso inventário parcial foi aportado por Jorge Merino Utreras, pesquisador do CIESPAL. Igualmente, no referido ano, a UNESCO estabeleceu um comitê mundial sobre pesquisa em comunicação que, sob a presidência do finlandês Kaarle Nordenstreng, se reuniria anualmente em Paris ao longo do triênio. Formei parte desse comitê como agente de conexão com a comunidade latino-americana da área. As suas recomendações acarretaram contribuições iniciais na recolocação da orientação e realização de pesquisas na matéria.

Em 1973, nasceu no Chile a revista “Comunicación y Cultura”, editada pelo argentino Héctor Schmucler, outro dos pioneiros do pensamento crítico latino-americano. Schmucler manteve a revista como baluarte dessa corrente por vários anos, no seu país e, posteriormente, no exílio no México. Hoje, temos o privilégio de contar aqui, com a sua colaboração neste encontro.

O CIESPAL, sensível à evolução conceitual e processual que se delineava nos primeiros anos da década de 70, e consciente talvez de que a sua liderança em pesquisa não podia desconhecer esse fenômeno, decidiu organizar, com apoio da Fundação Ebert, o seminário de 1973, em San José de Costa Rica, de grande transcendência

histórica. O CIESPAL patrocinou, assim, o primeiro encontro ad-hoc e formal de um conjunto de pesquisadores latino-americanos comprometidos com a reflexão crítica sobre a comunicação, o desenvolvimento e a democracia.

O seminário formulou bases para um marco conceitual, definiu objetivos para a ação de pesquisa, traçou um esquema de linhas estratégicas, propôs áreas prioritárias para as futuras pesquisas e formulou pautas metodológicas. Avaliou ainda 733 pesquisas latino-americanas catalogadas pelo CIESPAL para documentar suas deliberações, avaliando-as em geral, como pouco adequadas nos planos teórico e metodológico. A transcrição de alguns enunciados do relatório final do seminário é suficiente para traduzir a essência de seus pronunciamentos:

Um traço que deve diferenciar o enfoque da comunicação das perspectivas originadas nos países centrais é a concepção totalizadora do processo da comunicação... Com uma metodologia esboçada por latino-americanos para a América Latina e um instrumental de trabalho muito mais depurado e crítico, deve-se chegar à descoberta de toda a inter-relação econômica, política, social e cultural que configuram as estruturas de dominação e de poder que, muitas vezes, condicionam e determinam os sistemas de comunicação dominantes... Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa deve ser a análise crítica do papel da comunicação em todos os níveis de funcionamento, sem omitir suas relações com a dominação interna e a dependência externa; e o estudo de novos canais, meios, mensagens, situações de comunicação, etc, que contribuam ao processo de transformação social... Recomenda-se utilizar metodologias múltiplas... A pesquisa deve ter sempre uma natureza interdisciplinar...

Esse seminário crítico de 1973 terminou sugerindo ao CIESPAL que executasse diversas atividades de apoio à renovação e à intensificação da atividade de pesquisa na região. O cumprimento desta tarefa programática poderia ter colocado o CIESPAL em posição de liderança regional na reforma da pesquisa sob o enfoque crítico. Porém, isso só aconteceu de maneira pontual e em pequena escala.

Outros atores institucionais viriam compartilhar essa responsabilidade, e isto estaria relacionado com alguns acontecimentos muito importantes que tiveram lugar entre a metade e o final da década de 70, a paradigmática “Guerra Fria”. Foi um período obscurecido por uma grave crise econômica mundial que marcou o rotundo fracasso do ultra-materialista e pró-elitista modelo externo de desenvolvimento, mergulhando os países do Terceiro Mundo em maior pobreza e estancamento.

No mesmo ano de 1973, irrompeu na cena mundial, o Movimento dos Países Não Alinhados, assim autodenominados por não se identificarem nem com o capitalismo, nem com o comunismo. Este movimento – com a liderança principalmente árabe e iugoslava, ao que se filiaram alguns países latino-americanos – proclamou então, em Argel, a sua vontade de lutar para a conformação de uma “Nova Ordem Internacional da Economia”, com o objetivo de “descolonizar” as relações econômicas assimétricas entre eles e as nações altamente desenvolvidas. Essas nações receberam a proposta de inovação política, primeiro com assombro, logo com desdém e, finalmente, com hostilidade.

Em 1974, a UNESCO patrocinou em Bogotá, Colômbia, a Primeira Reunião Internacional de Especialistas em Políticas Nacionais de Comunicação, para quem tive o privilégio de contribuir nas deliberações com um ensaio conceitual básico. O relatório final sobre esse encontro, com reflexões, conclusões e recomendações de um grupo latino-americano de especialistas de alto nível, foi repudiado pelas associações de proprietários e diretores de meios de comunicação de massa do continente americano. Elas consideravam atentatório contra a liberdade de imprensa qualquer postura normativa. Também em 1974, apresentei em Leipzig, Alemanha Oriental, num congresso da Associação Internacional de Pesquisa em Comunicação de Massa, um inventário crítico e detalhado da pesquisa em comunicação na América Latina, baseado na revisão de cerca de mil estudos, a maioria dos quais pareciam feitos com antolhos, por ignorar a estrutura social determinante da conduta individual.

Em 1976, o Movimento dos Países Não Alinhados, através da Reunião de Ministros de Informação realizada em Tunis, proclamou a demanda por uma Nova Ordem Internacional da Informação.

Apoiada pelo Grupo dos 77, ela foi posteriormente acolhida pela Assembléia Geral das Nações Unidas, que encomendou à UNESCO o respaldo operativo para a iniciativa. Em 1977, os grandes grupos de proprietários de meios de comunicação e as principais associações profissionais da comunicação ocidental deflagraram uma drástica e tenaz campanha internacional contra aquela iniciativa. O confronto chegou então a altos níveis de conflito. Para desativá-lo, a UNESCO criou uma comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação, que iria ser conhecida pelo sobrenome de seu presidente, McBride.

Igualmente em 1976, a UNESCO realizou na Costa Rica a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Políticas Nacionais de Comunicação. A Conferência foi também objeto de duro ataque pela Sociedade Interamericana de Imprensa e pela Associação Internacional de Radiodifusão, que recriminaram asperamente à UNESCO por haver respaldado a atividade. Apesar disso, os Ministros – baseados extra-oficial embora estreitamente, no pensamento dos especialistas da reunião de Bogotá de 74 – aprovaram uma declaração e várias recomendações identificadas com a idéia de contribuir para a democratização da comunicação por meio de políticas nacionais apropriadas para isso. Naquele ano, retomando o foco na pesquisa, publiquei um estudo crítico sobre as premissas, os objetos e os métodos estrangeiros na pesquisa sobre comunicação na América Latina. Em 1979, resumi as propostas de mudança do conceito de comunicação, com vistas à sua democratização e estabeleci bases para um modelo próprio.

Sob influência dos acontecimentos políticos e acadêmicos destacados, delineava-se o amadurecimento do que um dia José Marques de Melo iria identificar como a “Escola Crítica Latino-americana”. Em vários países da região foi crescendo o contingente de estudiosos que se ocuparam da problemática de nossa comunicação nessa ótica. Entre as diversas linhas de indagação que foram traçadas, destacou-se a que analisou os numerosos e criativos exercícios de comunicação popular alternativa, especialmente do rádio, registrados nos países latino-americanos.

Inicialmente, as pesquisas eram iniciativas individuais e isoladas, muito mais do que institucionais e coordenadas. Entretanto, a

partir da metade dos anos 70, forma-se na região um espírito de corpo que conduziria ao reconhecimento de uma comunidade acadêmica constituída de maneira espontânea, atuando sem estatuto nem diretório e de maneira dispersa geograficamente, porém crescentemente unida em ideais.

De forma precursora, valiosos aportes à formalização desse movimento foram realizados por algumas entidades acadêmicas comprometidas com a comunicação democratizante, como, por exemplo, o Instituto de Investigações da Comunicação da Universidade Central de Venezuela, a Universidade de São Paulo e a Universidade Nacional Autônoma de México. Foram surgindo posteriormente no cenário, novos espaços para a reflexão coletiva e a ação conjunta. Um desses espaços, especialmente dedicado à transformação da ordem mundial da economia e à comunicação, foi o Instituto Latino-americano de Estudos Transnacionais (ILET), com sede no México. Outro espaço, brasileiro, porém com projeção regional, foi a sociedade INTERCOM, exemplo de produtividade e perseverança. Pouco depois nasceram o Instituto para América Latina (IPAL), no Peru, o CENECA, no Chile e o TICOM, no México. Universidades como a Javeriana de Colômbia, a Autônoma Metropolitana de México e a Metodista de São Paulo se destacam dentre aquelas que se uniram ao empreendimento. Também iriam surgir na cena a Federação Latino-americana de Escolas de Comunicação Social (FELAFACS) e a Federação Latino-americana de Jornalistas (FELAP).

Esse esforço múltiplo incluiu numerosas oportunidades de encontros de pesquisadores para refletir sobre a sua atividade a serviço da mudança estrutural. Assim, centenas de acadêmicos participaram da inquietude reformista, formando uma plêiade que se somou com firmeza e criatividade à indagação crítica, principalmente nas áreas de comunicação popular alternativa e reforma da informação de imprensa sobre a região, especialmente através de agências de notícias. Entre os muitos integrantes dessa confluência estiveram, da Argentina: Máximo Simpson, Heriberto Muraro, José María Pasquini, María Mata, Daniel Prieto e Ricardo Nosedá; da Bolívia: Raúl Rivadeneira; do Brasil: Carlos Eduardo Lins da Silva e Sergio Caparelli; do Chile: Fernando Reyes Matta, Juan Somavía e Giselle Munizaga; da Colômbia: Joaquín Sánchez, Amparo Cadavid e Elizabeth Fox de

Cardona; do Equador: Marco Ordóñez, Benjamín Ortiz e Luis Eladio Proaño; do México: Javier Esteinou, Beatriz Solíz, Fátima Fernández e Joseph Rotta; do Perú: Rafael Roncagliolo, Germán Carnero Roqué, Juan Gargurevich e Walter Neira; da Venezuela: Eleazar Díaz Rangel, Elizabeth Safar e Eduardo Santoro; e do Uruguai: Roque Faraone e Washington Uranga. A pesquisa crítica da comunicação progrediu então consideravelmente em volume e em qualidade em muitas partes da América Latina.

Ainda assim, era necessário contar com uma associação de alcance regional total que procurasse institucionalizar o desempenho articulado dos membros da comunidade científica que se rebelava contra o status quo antidemocrático. E foi dessa convicção que nasceu em 1978, em Caracas, a Associação Latino-americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC), cujo vigésimo quinto aniversário estamos celebrando agora. Enfrentando desvantajosas circunstâncias, nos dois quinquênios seguintes, a Associação foi dirigida por três comunicólogos venezuelanos, Luis Aníbal Gómez, Oswaldo Capriles e Alejandro Alfonzo, e pelos colegas colombianos Jesús Martín Barbero e Patricia Anzola (colega admirável e amiga querida que faleceria em 1995).

Entre os objetivos que a associação se propôs a atingir destacam-se: 1) congregar e apoiar a comunidade científica latino-americana da área para ampliar e melhorar suas práticas; 2) acordar a realização de pesquisas entre seus membros; 3) propiciar a capacitação universitária na pesquisa, o intercâmbio profissional e a difusão de documentos; e, reiterar o compromisso da comunidade de investigadores com o povo; 4) *fomentar a investigação que conduz às mudanças que as sociedades latino-americanas requerem em seus processos de comunicação, com especial referência às colocações estratégicas em benefício dos setores majoritários ...*

O caminho para atingir essas aspirações não estaria livre de dificuldades. Estatutariamente, os sócios da ALAIC poderiam ser pessoas, agrupações e entidades. Na prática, porém, os sócios foram, na sua maioria, membros individuais e, posto que eram poucos os pesquisadores especializados em comunicação, os integrantes não podiam ser muito numerosos no início. Isto acabou restringindo a obtenção de recursos significativos em função das cotas. A obtenção

de apoio financeiro internacional não resultou substantivamente factível devido, em parte, à aguda carência de fundos dos anos 80, a “década perdida”, em parte, porque entidades como a ALAIC, naquele tempo, dificilmente poderiam ser cogitadas para essa função. A própria UNESCO se viu privada de importantes recursos quando os EUA e a Grã Bretanha dela se retiraram como conseqüência das polêmicas internacionais sobre comunicação. A situação impôs, inevitavelmente, fortes restrições à evolução da ALAIC no seu início, apesar do empenho e do dinamismo com que seus diretórios iniciais trabalharam na Venezuela e Colômbia.

Dez anos depois da fundação de ALAIC, a INTERCOM do Brasil e a AMIC do México organizaram uma assembléia reconstitutiva da ALAIC em setembro de 1989, no Brasil, com a participação de representantes de pesquisadores de doze países da região. Foi aprovado então um estatuto modificado e foi eleita a nova diretoria para 1989-1992, com a presidência de José Marques de Melo. Dois traços distintivos desta dinâmica administração foram: a comunicação freqüente mediante um boletim técnico e o estímulo e apoio à recuperação das associações nacionais de pesquisadores da comunicação como filiais da regional. Ao fim da gestão tinha-se conseguido restabelecer o funcionamento da associação.

A segunda diretoria do processo de recuperação foi presidida por Enrique Sánchez Ruíz, de México, no período 1992-1995 que teve como desafio consolidar a revitalização da coletividade, intensificando o intercâmbio de informação e reflexão entre seus membros. Para isso, procurou-se propiciar a realização sem interrupções de Congressos Bienais da ALAIC.

Essa tarefa foi continuada no período 1995-1998 pela diretoria presidida por Luis Peirano, do Peru, que deu impulso aos primeiros grupos de trabalho por áreas temáticas que acrescentariam participação e produtividade aos congressos. Essa diretoria fomentou, ainda, a publicação de cinco bibliografias de estudos nacionais.

Desde 1998, a diretoria é presidida por Margarida Krohling Kunsch, do Brasil, cuja valiosa presença engrandece este encontro. Capitalizando as estratégias de recuperação institucional de seus predecessores, esta diretoria tem fortalecido os grupos de trabalho temáticos, renovado o boletim, realizado uma série de seminários

internacionais em parceria com agrupações nacionais e providenciado as bases para a agenda da associação até 2012.

Em suma, pela mística, talento e coragem de seus dirigentes, desde 1978 até a presente data, a ALAIC não só tem conseguido sobreviver, mas se fortaleceu, estabeleceu vínculos, reanimou a comunidade e ganhou prestígio. Hoje tem perante si um futuro que parece promissor.

Assim como a ALAIC, faz 25 anos que o comunicólogo Jesús Martín-Barbero surgiu no cenário público internacional. Foi no Encontro Latino-americano de Escolas de Comunicação realizado no México justamente em 1978, onde propôs que a comunicação deixasse de ser vista como mecanismo de dominação para vê-la, ao contrário, como processo de comunicação. Dava início desta maneira, a um extraordinário movimento de mudança, que ultrapassando os meios de comunicação, enfoca a cultura como mediadora e reconhece a capacidade do público de reinterpretar as mensagens daqueles meios. Esta colocação original foi amplamente apoiada desde o início pelo CIESPAL, que a divulgou prontamente. Ele inspiraria numerosos estudos em vários países, forjando assim um rico caminho de indagações. A aparição de sua obra principal, *De los Medios a las Mediaciones*, confirmaria em 1987, a condição extraordinária de sua figura.

O grande promotor da pesquisa em comunicação na Bolívia, Erick Torrico, destaca acertadamente três áreas temáticas no trabalho de Martín-Barbero:

“a interação inerente entre o discurso e o poder com tudo o que isso supõe de cumplicidades interclassistas, a re-compreensão da comunicação no âmbito das práticas sociais sem que isto implique curvar-se perante um culturalismo vazio e a instalação da recepção como um locus novo a partir do qual volta-se a pensar todo o processo comunicacional, assim como a sua pesquisa”.

Ao propor tal inovação, poderíamos considerar Martín-Barbero como antagonista da escola crítica latino-americana de comunicação? Ou ainda, poderíamos considerá-lo como alguém alheio a ela e, portanto, conivente com a injustiça na nossa sociedade?

Não. E, efetivamente, o curador e promotor da escola crítica, Marques de Melo, homenageou como membro eminente dela, o espanhol mais latino-americano que existe. Portanto, feliz vigésimo quinto aniversário acadêmico, companheiro Jesús Martín-Barbero!

Desde o dia em que Pasquali deu à luz seu primeiro texto seminal, em 1963, até hoje, passaram-se quarenta anos, período em que uma rebelde minoria estudiosa começou a tentar o impossível: conseguir que a comunicação servisse para ajudar a transformar profundamente a arcaica, injusta e autocrática sociedade latino-americana. E é a história dessa insurgência quimérica de alguns jovens pesquisadores comprometidos com a justiça, que tenho tentado esboçar resumidamente para vocês. Fiz de um modo muito pessoal porque entendi que se esperava que eu contaísse essa história, como depoimento de alguém que dela participou e como memória de alguém que tudo testemunhou, posto que fiz as duas coisas, especialmente na “década de fogo”, os anos 70.

É uma honra e um prazer para mim, ter feito parte dessa apaixonada vanguarda crítica que, enamorada da utopia, teve a coragem de denunciar que era impossível atingir o desenvolvimento humano, equitativo e realmente democrático, devido à dependência externa e a dominação interna. Ela também teve a audácia de protestar contra os papéis que a comunicação foi levada a desempenhar para perpetuar essa situação e, além do mais, propor a correção dessa conduta. E até teve a irreverência de questionar a pesquisa sobre comunicação – cegamente de acordo com modelos estrangeiros – por achar que contribuía à vigência do status quo.

Desafortunadamente, esse insólito impulso transformador conseguiu muito pouco e não durou muito. No início de 1980, as reações internacional, empresarial e política tinham conseguido descartar as reformas propostas e os movimentos renovadores viram diminuir parte de sua energia. O Terceiro Mundo, em geral, perdeu as batalhas pela configuração de uma nova ordem internacional da economia e de uma nova ordem internacional da informação.

Na América Latina se avançou no fomento de formatos de comunicação alternativa, mas somente os governos da Venezuela, Peru e México tentaram formular as políticas nacionais de comunicação acordadas em 1976, e essas três tentativas foram sufocadas pela

poderosa oposição empresarial internacional. Enquanto a globalização irrompia de forma incôntida na cena mundial, a moderna tecnologia forjava novos sistemas de comunicação social muito eficazes e muito menos susceptíveis à normatividade, que anunciavam a chegada triunfal da sociedade da informação. E, claro, tudo isto prometia o desenvolvimento humano, universal e democrático na era da Arcádia neoliberal.

Após quase um quarto de século, qual é a situação na América Latina? O subdesenvolvimento se acentuou ainda mais do que na década de 70. A brecha entre pobres e ricos, longe de se estreitar, tem aumentado enorme e aceleradamente. O gasto governamental na nevrálgica área do social – nutrição, habitação, saúde e educação – perdeu recursos de maneira bastante considerável. Em compensação, os gastos militares aumentaram na América do Sul em 20%, entre 1993 e 2002. Nos últimos cinco anos, os governos do Brasil, Chile, Peru e Colômbia efetuaram a compra de armamento flutuante moderno, gastando entre 1.000 milhões e 13.500 milhões de dólares. Salvo poucas exceções, os governos democráticos não foram capazes de acabar com a desigualdade; ao contrário, permitiram que ela aumentasse. Segundo o mais recente relatório do Banco Mundial, a América Latina é agora uma das regiões com major desigualdade no mundo. Na maioria das sociedades latino-americanas, os 10% mais ricos da população se apropriam de cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres, recebem apenas entre 2 e 4%. Ao contrário – de acordo com o mais recente relatório mundial da firma Merrill Lynch – enquanto há – segundo a OIT – cerca de 20 milhões de pessoas desempregadas, os 280.000 supermillionários na região usufruíam já, no ano 2000, de 3.500 bilhões de dólares e essa fortuna aumentou em 12% no ano de 2003. Os Chanceleres dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA) se reuniram em outubro de 2003, no México, numa Conferência Especial sobre Segurança. Na declaração emitida, afirmaram que para melhorar a delicada situação da segurança hemisférica, os governos devem forjar um melhor desenvolvimento, posto que atualmente a pobreza, a falta de emprego, a desigualdade e a injustiça são os perigos que ameaçam a democracia na região.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, 58.6 % da po-

pulação da Bolívia se encontravam em situação de pobreza no ano 2001; isto é, a sua capacidade econômica estava bem abaixo do preço da cesta básica de alimentos e de outros bens e serviços indispensáveis. No ano 2002, a situação piorou até atingir a cifra de 64.3% da população em situação de pobreza, sendo ela muito maior na área rural, principalmente as áreas habitadas por indígenas. Ou seja, pelo menos seis de cada dez bolivianos têm que sobreviver hoje com menos de dois dólares ao dia, enquanto a corrupção que enriquece membros da minoria dominante aumentou sem limites nem pudor. Estima-se que os ricos têm hoje renda 90% mais alta que os pobres no país como um todo; nas cidades, a relação é de 38 para um, mas no campo chega até 170 para um. Segundo a UNICEF, a Bolívia tem o percentual mais alto de mortalidade infantil da região: 66,7 crianças menores de um ano, em cada mil nascidos vivos; e esse número eleva-se, novamente, para 86 no campo. De cada 100 crianças recém nascidas, 15 têm baixo peso, dez sofrem maus-tratos físicos ou psicológicos na família e 40 não chegam a cursar cinco anos de escola primária. E ainda, 800.000 crianças – que conformam em torno de 10% da população do país – se vêem obrigadas a trabalhar para subsistir. Há indícios de que a delinquência, a prostituição e o consumo de drogas têm aumentado ultimamente entre eles. Pelo menos, 24.000 crianças bolivianas têm sido objeto de tráfico ilegal e exploração em países vizinhos e na Espanha nos últimos quatro anos. Agravada pela miséria que a maioria da população padece e facilitada pela venalidade policial, a delinquência em geral aumentou na Bolívia em 300% nos últimos dez anos. Não é à toa, pois, que o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2004, que o PNUD acaba de publicar, adverte que o processo de globalização e o modelo neoliberal aplicado na Bolívia nos últimos 20 anos estão agravando a pobreza e a exclusão social. Pode-se acrescentar, ainda, que esta situação coloca em grave risco, a democracia e a paz.

E a comunicação? A concentração do poder comunicativo em favor das nações de maior desenvolvimento experimentou um aumento expressivo. Grandes consórcios internacionais exercem um domínio incontestável do fluxo noticioso e do negócio publicitário, especialmente em matéria de televisão, ao mesmo tempo, as diferenças no acesso aos recursos da telemática são abismais. 90% da pro-

dução de bens e serviços informáticos estão sob controle dos Estados Unidos da América, da União Européia e do Japão. Pouco mais da metade de um total de 550 milhões de computadores existentes no mundo se encontram nos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e França. E do total mundial de “internautas”, 57% está nos Estados Unidos da América, enquanto que na América Latina esse número cai para apenas 1%. Especificamente na Bolívia, pouco mais de 3% da população tem conexão com a internet. E, atenção, em torno de dois terços do total de usuários da internet são jovens urbanos de classe média e alta. Esse dado pode ser surpreendente num país em que nem sequer o meio de comunicação de maior alcance, o rádio, chega a 75% da população?

Posto que a situação atualmente não só não melhorou em comparação aos anos 70, mas piorou muito, é possível que não haja comunicadores que se sintam chamados a questionar essa situação e que so-nhem pelo menos em aliviá-la? Poderá ser certo, universal e definitivo que a maioria dos comunicólogos de hoje não se sintam responsáveis em criticar o sistema de comunicação nem, ao menos, em questionar a sociedade ultraconservadora e falsamente democrática que esse sistema contém e mantém? Podem os jovens se desinteressar assim da desventura do povo, evitar a verdade lacerante, ser indolentes e complacentes?

Eu não quero acreditar, não posso admitir que a nova geração de pesquisadores tenha escolhido trabalhar com antolhos e vire as costas para a desigualdade. Nem aceito a percepção de que todos eles ficaram deslumbrados com as luzes do mercado e sucumbiram à sacralização alienante da moderna tecnologia. Para mim, ser jovem é por definição ser capaz de rebeldia, de ser partidário da mudança, amante da quimera, defensor da justiça e desafiar o impossível, como foram Cristo e Ghandi, Bolívar e Luther King, e o mestre Freire, aquele que nós advertiu que o utópico não é o idealista inatingível, mas o dialético que denuncia a estrutura desumana e anuncia a humanizadora.

Por isso, na retaguarda, de minha atalaia crepuscular, continuarei vigiando o caminho com a obstinada esperança de que, num dia não muito distante, florescerão vozes de protesto e pendões de propostas.